UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Ciência da Informação – FCI

Bianca Lorrani dos Reis e Mayara Campos Souza

Diretrizes da IFLA em bibliotecas para deficientes visuais

Brasília

2015

Bianca Lorrani dos Reis e Mayara Campos Souza

Diretrizes da IFLA em bibliotecas para deficientes visuais

Monografia apresentada à
Faculdade de Ciência da Informação
da Universidade de Brasília (UnB),
como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Professora Doutora Dulce Maria Baptista

Brasília

2015

Reis, Bianca Lorrani dos.

Diretrizes da IFLA em bibliotecas para deficientes visuais/ Bianca Lorrani dos Reis, Mayara Campos Souza. – Brasília, 2015.
58 f.: 29 cm.

Monografia (graduação) – Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação, 2015.
Orientadora: Profa. Dra. Dulce Maria Baptista.

1. Biblioteca Pública. 2. Deficientes Visuais. 3. IFLA. 4. Diretrizes. I. Souza, Mayara Campos. II. Título.

Título: Diretrizes da IFLA em bibliotecas para deficientes visuais.

Alunas: Bianca Lorrani dos Reis e Mayara Campos Souza.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 07 de maio de 2015.

Dulce Maria Baptista - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Simone Bastos Vieira – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Murilo Bastos da Cunha – Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da informação

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, primeiramente, por nos dar sabedoria e nos sustentar em toda nossa caminhada como indivíduos únicos, bem como estudantes. Aos nossos familiares e amigos, em especial nossos pais por nos amparar e não desistir de nós – eles sabem o quanto somos seres lindos e amáveis, que os irritaram por esses longos dias –. Aos nossos mestres pela impecável dedicação e incentivo nesses quatro anos – que viraram quatro anos e meio –, e por todo conhecimento compartilhado – vocês foram ótimos –. Sabemos que não somos fáceis e por vezes não notávamos a importância de todos os mundos aos quais vocês nos apresentavam.

À professora e doutora Dulce Baptista, pela infinita paciência – você é uma orientadora sensacional, nos aguentou em momentos de empolgação, bem como nos momentos de desânimo, nos orientou, ensinou, incentivou e aqui estamos nós. Obrigada por nos fazer assistir ao discurso de Malala quando laureada com o Prêmio Nobel da Paz, assim nos fazendo ampliar nossa visão do quão significativo é o nosso papel como profissionais da informação. Somos e seremos eternamente gratas por todo o carinho, dedicação, conhecimento e por todos os momentos que estivemos juntas, seja por *e-mail*, ligações e pessoalmente. Esperamos continuar essa incrível parceria na pós-graduação ou atuando na vida profissional. O nosso muito obrigada a você!

Queremos agradecer a nossa admirável banca. Ao professor doutor Murilo Cunha e a professora doutora Simone Bastos por terem sido de pronto tão prestativos e atenciosos para com o nosso convite – acreditem, vocês foram escolhidos a dedo e com nossa enorme torcida para que pudessem aceitar. É uma honra tê-los julgando um trabalho nosso.

Por fim e não menos importante, à nós – a cereja do bolo – . Eu, Mayara, gostaria de agradecer a minha parceira ímpar e tão peculiar, Bianca, que me apoiou nos mais diversos momentos que passamos juntas, compartilhando situações bem difíceis.

Você é uma amiga formidável. Eu, Bianca, gostaria de agradecer a minha incrível parceira Mayara por ser paciente diante dos meus surtos de estresse e minhas respostas indelicadas, te adoro. Agradecemos uma à outra pelo empenho, força de vontade, dedicação, paciência, conhecimento, e uma amizade pessoal e profissional que só veio a fortalecer com a produção deste trabalho final de curso. Somos gratas a todos os apoios que tivemos, e a nossa parceria que deu incrivelmente certo. Obrigada!

Senhor, faça-me disseminador das culturas
Não deixando que as ideias percam-se no tempo
Nem o saber padeça solitário nas molduras
Enquanto a ignorância semeia a terra pelo vento

Senhor, guie-me por entre estantes de conhecimentos
Com a certeza de ter a cada instante
Respostas a quem procura ensinamentos

Senhor, permita-me deixar olhos que procuram
Alcançar sempre as páginas imortais da humanidade

(Modesto, 08.03.78)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma analise do relatório nº86 da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), *Biblioteca para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento*, no qual são expostas dez diretrizes para o desenvolvimento de uma biblioteca que atenda demandas informacionais dos deficientes visuais de forma eficiente e padronizada. Buscou-se compreender e enfatizar as necessidades informacionais desse público, elencando seus direitos, sem transgredir os direitos inerentes aos responsáveis pelas obras disponibilizadas pelas bibliotecas. Observou-se que as diretrizes propostas pela IFLA permitem que se possa perceber que os deficientes visuais possuem as mesmas demandas informacionais e direitos que qualquer outra pessoa, e que o acesso a informação é primordial para o seu desenvolvimento e independência. Aliado a isso, observou-se, também, que é possível atender de forma eficiente, eficaz, e com um alto padrão de qualidade, esse público tão peculiar.

Palavras-chave: Biblioteca pública; Deficiente visual; IFLA; Diretrizes; Serviços de informação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present an analysis of IFLA's report n.86 *Library for blind people in the information age: development guidelines*, which exposes ten guidelines to the evolution of a library to cater the informational demands of the visually impaired, in an efficient and standardized manner. It was intended to understand and emphasize the informational needs of this public, listing their rights, without transgressing the inherent rights of authors of previously published titles, made available by libraries. It was observed that the guidelines proposed by IFLA allow us to realize that the visually impaired have the same informational demands and rights of any other person, and that the access to information is primordial to their development and self-sufficiency. In addition, it was also observed that it is possible to meet the requirements of such a peculiar public in an efficient, effective way, and with a high quality standard.

Keywords: Public Library; Blind; IFLA; Guidelines; Information services.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

1.1. Contextualização 11

1.2. Justificativa e definição do problema 11

2. OBJETIVOS 13

2.1. Objetivo geral 13

2.2. Objetivos específicos 13

3. REVISÃO DE LITERATURA 14

3.1. Biblioteca pública 14

3.2. Deficientes visuais 17

3.3. Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições 23

4. METODOLOGIA 27

5. ANÁLISE DAS DIRETRIZES 28

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 50

REFERÊNCIAS 55

ANEXO A: Relatório nº 86 da IFLA - Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento 58

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

As pessoas, independente de suas particularidades, têm diferentes necessidades e os mesmos direitos. O acesso à informação é uma área primordial para o crescimento do ser humano, e sendo assim, é evidente que esse acesso se torne diferenciado para se adequar a todos.

Buscou-se nesta pesquisa apresentar a definição de deficiência, seguida da especificação de deficiência visual e suas variações; fez-se um breve levantamento sobre a biblioteca pública salientando as bibliotecas públicas especializadas em pessoas com deficiência visual; da mesma forma foi realizada uma sucinta exposição a respeito da Federação Internacional de Associações Bibliotecárias e Instituições (IFLA). Também são mencionados os esforços para o melhoramento da realidade dos deficientes visuais no que tange o acesso à informação e à educação.

O objeto desse estudo é o relatório nº 86 da IFLA, *Biblioteca para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento*, no qual são apresentadas dez diretrizes para o desenvolvimento de uma biblioteca que atenda às demandas informacionais dos deficientes visuais de forma eficiente e padronizada.

1.2. Justificativa e definição do problema

No atual contexto da sociedade da informação, em que se pensa em acesso generalizado à informação, faz-se necessário comprovar se o mesmo é real a todos. No que tange aos deficientes visuais, nota-se certa negligência por parte da sociedade em promover com eficiência o acesso à informação.

Os deficientes visuais demandam formas específicas de tratamento da informação, ferramentas de aprendizado e estrutura apropriadas às suas necessidades. É importante, por exemplo, que haja uma biblioteca especializada nesse público e que a mesma esteja a par dessas demandas, a fim de que seja possível atendê-las da melhor forma possível.

Foi pensando nessas demandas que se buscou analisar as diretrizes de desenvolvimento de bibliotecas para deficientes visuais propostas pela IFLA.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Analisar as diretrizes de desenvolvimento de bibliotecas públicas para deficientes visuais propostas pela IFLA.

2.2. Objetivos específicos

- Listar as diretrizes de desenvolvimento de bibliotecas públicas para deficientes visuais;
- Compreender as demandas específicas do público com deficiência visual;
- Analisar os princípios que norteiam a inclusão informacional para deficientes visuais.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Biblioteca pública

Definição e objetivo

A biblioteca pública é canal de acesso ao conhecimento. Conforme IFLA (2010), ela é uma organização criada para fornecer serviços baseados no princípio da igualdade de acesso, que estabelece que todos têm o direito ao acesso à informação, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social, limitações, deficiências. Os recursos e serviços oferecidos devem estar contidos em suportes variados a fim de que estejam de acordo com as necessidades da comunidade que os utiliza.

Isso significa que uma biblioteca pública deve possuir em seu acervo coleções que abranjam assuntos variados, adequados às necessidades de cada faixa etária e sem censura, seja política, ideológica, sexista ou qualquer outra. Segundo o manifesto sobre bibliotecas públicas preparado pela IFLA/UNESCO (1994), “as coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação.”.

Em suma, pode-se dizer que o objetivo maior da biblioteca pública é fornecer materiais e serviços de assuntos diversos, em suportes variados que atendam expressamente as necessidades de seus usuários.

Missão

As missões da biblioteca pública segundo IFLA/UNESCO (1994) estão associadas à informação, educação e cultura. Nota-se que há preocupação de instigar o gosto das crianças pela leitura, de alimentar sua imaginação, de dar suporte à educação, e assegurar acesso, lazer, cultura e troca de conhecimentos. De acordo com o que estabelece a IFLA/UNESCO (1994, p.1), trata-se portanto, de:

> 1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
> 2. Apoiar a educação individual e a auto formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
> 3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
> 4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
> 5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
> 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
> 7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
> 8. Apoiar a tradição oral;
> 9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
> 10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
> 11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
> 12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Para Tarapanoff e Suaiden (1995) a biblioteca pública deve continuar desempenhando suas funções sociais, que estão relacionadas à comunidade, à informação, à educação e à recreação e cultura. Ao desempenhar a função comunitária, a biblioteca deve engajar a comunidade em sua administração, servindo como um centro cultural e social, que tenta motivar maior envolvimento e responsabilidade por parte da comunidade a que serve. A função informativa está atrelada a necessidade de que a biblioteca tome conhecimento das demandas da comunidade. Quanto à função educativa fala-se de formar o hábito de leitura e acabar com o analfabetismo.

Histórico

A busca por informação para gerar novos conhecimentos deu-se desde os primórdios da humanidade. Em busca de diferentes formas de se comunicar, o ser humano foi evoluindo, buscando sempre ocupar seu espaço e deixar sua marca no mundo. Com a descoberta da escrita, uma forma única de se comunicar, as relações entre as pessoas começaram a ser modificadas, e cada vez que esta técnica se aprimorava, mais o ser humano sentia a necessidade de evoluir para algo maior.

Com o passar do tempo, a escrita foi se disseminando, e assim percebeu-se a necessidade de preservar de alguma forma, e em algum lugar, todo aquele conhecimento descrito, em suportes que eram materiais primitivos como a pedra, até o papiro, o “papel” na Antiguidade.

Surgem então os centros de informação, lugares onde as pessoas depositavam os documentos considerados importantes para a sociedade e futuras gerações. No início as civilizações não faziam distinção entre bibliotecas e arquivos, para eles eram a mesma coisa, um centro de preservar e posteriormente disseminar os documentos/informações ali guardadas.

Segundo a Fundação Biblioteca Nacional (2000, p. 19) a biblioteca publica surgiu em decorrência da Revolução Industrial, na Inglaterra. Nessa época o conceito que se tinha de biblioteca publica era outro bem diferente do que conhecemos atualmente. Já na “revolução industrial: o conceito inicial era vinculado à classe trabalhadora e às funções educativas e moralizantes.”.

De acordo com o relatado pela Fundação Biblioteca Nacional (2000, p. 19) a biblioteca pública passou por alguns relevantes marcos da fase de sua conceituação e desenvolvimento:

- revolução industrial: o conceito inicial era vinculado à classe trabalhadora e às funções educativas e moralizantes;
- crise econômica dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial: a imagem da biblioteca pública incorpora o conceito de atuar como instrumento para a paz e a democracia e identifica-se com a classe média e a população estudantil, cada vez mais numerosas;
- publicação pela UNESCO, em 1949, da primeira versão do Manifesto da Biblioteca Pública: destacando sua função em relação ao ensino e caracterizando-a como centro de educação popular;
- década de 1950: início de questionamentos crescentes por parte da classe bibliotecária, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobre o papel

> da biblioteca pública e sua permanente identificação com os valores da classe média e a cultura de elite;
> - décadas de 1960 e 70: os movimentos culturais contestatórios desencadeiam novos questionamentos sobre o papel da biblioteca pública. Procura-se uma nova função – voltada para as classes mais desfavorecidas da sociedade – de caráter mais social;
> - publicação pela UNESCO, em 1972, da segunda versão do Manifesto da Biblioteca Pública: sintetizando como suas funções educação, cultura, lazer e informação;
> - década de 1980: informação e comunicação são vinculadas ao desenvolvimento das sociedades. Inicia-se o uso generalizado dos computadores e das novas tecnologias de comunicação nas bibliotecas, desencadeando o aparecimento das redes de bibliotecas, o que se reflete em suas funções e conceito;
> - década de 1990: Sociedade da Informação/Conhecimento, a revolução digital afeta o trabalho e a vida cotidiana. Necessidade dos indivíduos e das sociedades de adaptarem-se às rápidas e crescentes mudanças.
> - publicação pela UNESCO, em 1994, da terceira versão do Manifesto da Biblioteca Pública: seu texto enfatiza o compromisso da biblioteca pública com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação.

Notou-se na citação acima, de acordo com o documento *Biblioteca Pública princípios e diretrizes* formulado pela Fundação Biblioteca Nacional, que a biblioteca pública passou por variadas fases que a conceituaram e a moldaram de diferentes formas, fazendo com que esta vivenciasse variados marcos da história, e consequentemente, sofresse influência de todos eles. Vale ressaltar que não mencionamos todas as fases citadas pelo documento, a relevância está em perceber que a biblioteca pública surgiu como uma espécie de reação à elitização do acesso à informação e ao conhecimento anteriormente existente, e, para proporcionar liberdade, dar voz a sociedade.

3.2. Deficientes visuais

De acordo com a *Declaração dos direitos das pessoas deficientes* aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em nove de dezembro de 1975, pessoa deficiente é aquela “incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.”. (ONU, 1975, p.1)

A *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* (CIF) desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (2004) categoriza funcionalidade e incapacidade humanas em três áreas: deficiências, limitações da atividade e restrições na participação.

A primeira área engloba problemas de funções corporais, que incluem os sentidos humanos, como por exemplo, as funções mentais e as funções da visão e da audição. Também constam nessa área as alterações de estruturas do corpo, que consistem em anormalidades ou perdas relativas ao padrão dessas estruturas.

A segunda área trata de dificuldades para realização de atividades, e a terceira se refere a problemas enfrentados em situações da vida. Ambas, segundo a OMS (2004), envolvem áreas vitais em sua totalidade como aprendizagem básica ou observação das interações interpessoais ou de trabalho.

> As dificuldades ou os problemas nesses domínios podem surgir quando há uma alteração qualitativa ou quantitativa na maneira como são realizadas as funções nestes domínios. As limitações ou restrições são avaliadas em comparação com um padrão populacional geralmente aceito [...] Um problema de desempenho pode resultar diretamente do ambiente social, mesmo quando o indivíduo não tem nenhuma deficiência. Por exemplo, um indivíduo VIH positivo sem nenhum sintoma ou doença, ou alguém com uma predisposição genética para uma determinada doença, pode não apresentar nenhuma deficiência ou ter capacidade suficiente para trabalhar; no entanto, poderá não o fazer porque lhe é negado o acesso ao trabalho, por discriminação ou estigma. (OMS, 2004 p. 18)

A cegueira, como mencionado, enquadra-se na primeira área por se tratar de uma deficiência nas funções da visão. De acordo com Gil (2000) a deficiência visual vai desde a cegueira total até a visão subnormal, também chamada de baixa visão, que se refere à pessoa que apresenta resquícios de visão, ou seja, há uma diminuição do campo visual e dos contrastes.

As patologias como miopia, estrabismo, astigmatismo, ambliopia, hipermetropia, situam-se entre os dois polos da capacidade visual e embora não sejam consideradas deficiências visuais, devem ser identificadas e tratadas desde cedo por serem, como afirma Gil (2000), fatores de interferência no processo de desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo.

Deficientes visuais e a leitura

Conquistar o direito de obter informação, apesar de óbvio, foi um processo lento e doloroso para os deficientes visuais. Conforme comentado no artigo de Franco e Dias (2005), a cegueira já foi considerada praga, sinal de possessão e utilizada como punição, vingança e castigo para infrações penais. Foi por meio da expansão do cristianismo que os deficientes visuais passaram a ter um *status* de humanidade e foram então considerados parte da sociedade, o que os fez buscar independência, esta que significara mais do que simplesmente poder fazer parte do todo, mas sim possuir educação, informação e direitos.

O Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris*,* posteriormente chamado *de* Instituto Nacional dos Jovens Cegos, foi fundado na França no ano de 1784 por Valentin Haüy. Segundo o *website* da Association Valentin Haüy, esta foi a primeira instituição educacional, no mundo, criada com foco em deficientes visuais.

Como explica o *website* da Association Valentin Haüy, aproximadamente quatro décadas após a criação do instituto, Dr. Alexandre François-René Pignier, tornou-se diretor do instituto e, no desenvolver de suas atribuições, convidou Charles Barbier para ministrar aulas no instituto. As aulas foram de fato promissoras. Barbier, enquanto capitão da artilharia do exército francês desenvolveu um código denominado *escrita noturna*, sendo que este se compunha de doze pontos que representavam os sons e tinham como objetivo possibilitar que os soldados se comunicassem no escuro sem emitir nenhum som.

Louis Braille, aluno do instituto, intrigado com o código de escrita de Barbier, começou a estudá-lo a fim de compreendê-lo melhor; percebeu que havia falhas que precisavam ser sanadas e, dando continuidade, desenvolveu outro código, que recebeu seu nome, Braille. Dr. Pignier incentivou os alunos do Instituto a utilizar o código, alcançando um nível de alfabetização jamais atingido anteriormente.

> Uma célula Braille completa consiste em seis pontos em relevo dispostos em duas filas paralelas, cada uma com três pontos. Sessenta e quatro combinações são possíveis utilizando um ou mais destes seis pontos. Uma

> única célula pode ser usada para representar uma letra do alfabeto, número, sinal de pontuação, ou até mesmo uma palavra. (ASSOCIATION VALENTIN HAÜY)

No Brasil, segundo o *website* do Instituto Benjamin Constant, o primeiro passo para a cidadania dos deficientes visuais aconteceu no dia 12 de setembro de 1854 quando o Imperador D. Pedro II cria o Instituto Benjamin Constant, por meio do Decreto Imperial n.º 1.428, três dias após sua criação o Instituto é inaugurado com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Foi somente em 1891 que o Instituto recebeu o nome atual, este que é uma homenagem ao terceiro diretor que o presidiu. Atualmente o Instituto Benjamin Constant atua com uma escola, na qual profissionaliza os deficientes visuais, presta atendimentos médicos como consultas oftalmológicas, impressão de materiais em formatos adequados, ajuda na inserção do deficiente visual na sociedade e a ter uma vida independente dentre outros tantos benefícios, não é à toa que o Instituto Benjamin Constant é um centro de referência em todo o país para esse grupo de pessoas tão peculiar que são os deficientes visuais.

Gil (2000, p. 42) salienta que “a primeira tentativa conhecida no sentido de desenvolver um sistema de leitura para pessoas sem visão ocorreu em 1580, quando letras do alfabeto romano foram gravadas em baixo-relevo, sobre pedacinhos de madeira. [...]”. Posteriormente, tem-se o código criado por Braille, hoje utilizado mundialmente.

A leitura de material em Braille, segundo Gil (2000), é muito mais cansativa que a leitura visual, sendo que a velocidade em que o deficiente visual consegue ler está relacionada ao tempo de contato com esse código e ao nível de sensibilidade do tato. Aquele que aprendeu a ler ainda na infância terá mais facilidade e velocidade no momento da leitura do que aquele que aprendeu tardiamente. Outros fatores que interferem no processo de leitura, tornando-o fatigante, são as ações e posicionamentos das mãos e dos braços e a temperatura do ambiente em épocas frias, o que ocasiona a diminuição de sensibilidade nos dedos.

> Para o cego, a atividade de leitura envolve dificuldades bem peculiares. Por exemplo: a pessoa vidente pode ler durante horas, sem parar; já a pessoa cega é obrigada a interromper a leitura após algum tempo, pois os dedos

> indicadores (os mais utilizados para ler) vão perdendo a sensibilidade e se torna difícil identificar as palavras e as letras. (GIL, 2000, p. 45)

Caminhos alternativos ao uso do Braille vêm sendo explorados a fim de tornar a leitura e escrita mais prazerosas aos deficientes visuais. O uso de tecnologias tem auxiliado, eficazmente, não apenas o melhoramento do aprendizado, mas também o processo de inclusão, social e informacional, dessas pessoas. De acordo com Campbell (2001) o atual desenvolvimento da informática para os deficientes visuais foi o acontecimento que mais impactou os programas de educação, reabilitação e emprego desde a criação do Código Braille.

Conforme Borges (1996), certas limitações dos deficientes visuais poderão impor obstáculos ao “aproveitamento produtivo” destes frente à sociedade, porém, é factível que essas sejam virtualmente eliminadas por meio da educação adaptada à realidade do deficiente visual e da utilização de tecnologia com a finalidade de atenuar esses obstáculos. Santarosa (2000) também sustenta que pessoas limitadas por deficiências não são menos desenvolvidas, mas se desenvolvem de outras maneiras:

> Com as ferramentas de comunicação e interconexão abre-se um espaço de oportunidades, principalmente para as pessoas cujos padrões de aprendizagem não seguem os quadros típicos de desenvolvimento. Os estudos mostram que pessoas limitadas por deficiências não são menos desenvolvidas, mas sim se desenvolvem de forma diferenciada. (SANTAROSA, 2000, p.1)

Computadores, gravadores, fitas, CD- ROMs, programas de áudio, *softwares* de leitura e transcrição são exemplos de tecnologias que contribuem para que a leitura e escrita sejam mais prazerosas e práticas para os deficientes visuais.

Deficientes visuais e a lei de acesso a informação

Como mencionado anteriormente, os deficientes visuais, bem como outros deficientes, possuem dificuldades de se integrar na sociedade devido à sua condição. Quando uma pessoa nasce ou fica cega, ela não é privada somente da visão, ela também se torna carente de parte significativa de áreas como a comunicação, relacionamentos pessoais e profissionais, autoestima, independência, dentre outras limitações, não porque ela não seja capaz, mas sim porque terá que aprender a vivenciar essas e outras áreas de forma diferente, e muitas vezes tal aprendizado apresenta dificuldades próprias, o que não estimula a superação dessas dificuldades.

No dia 18 de novembro de 2011 foi publicada a Lei de Acesso a Informação, ou como também é chamada LAI, esta vem para regimentar um direito já instituido pela própria constituição, o direito a todos os cidadãos de obterem de orgãos públicos informações por eles elaboradas ou de que estes possuam “tutela”, como mencionado no website de informações do governo: http://www.acessoainformacao.gov.br/perguntas-frequentes-2/aspectos-gerais-da-lei. Na criação da lei são esclarecidos os conceitos de informação, documento, exceção de informações sigilosas, dentre outros termos utilizados para melhor compreensão da norma estabelecida.

Um dos artigos mais comentados com relação ao direito de qualquer pessoa ter acesso indiscriminado a informação foi realizada pela Organização das Nações Unidas no ano de 1948. O artigo 19 faz referência à importância de todos os cidadãos terem acesso a informação. Segundo a ONU (1948):

> Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Em agosto de 2009, foi publicado no *Diário Oficial da União* (DOU), o Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009, constando no artigo 9 (tópico 2) de seu preâmbulo o direito de acesso a informação dos deficientes visuais:

> 2.Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para: f) Promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiência, a fim de assegurar a essas pessoas o acesso a informações; g) Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet; h) Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.

Com relação à disseminação da informação para os deficientes visuais nós temos algumas questões levantadas, como por exemplo, o cuidado para não infringir os direitos autorais. Quanto a essa inquietação, na Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1988, temos a seguinte ressalva no Art. 46 do capítulo IV:

> Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais: I - a reprodução: d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários.

São notáveis, não somente as várias legislações que garantem o direito de acesso a informação pelos deficientes visuais, mas também a preocupação para que estas leis sejam aplicadas adequadamente sem lesar nenhuma das partes envolvidas.

A continuidade dos esforços de integração de deficientes visuais à sociedade e de disseminação do acesso generalizado à informação culminou com a criação de bibliotecas voltadas para esse público, servindo principalmente como complemento da educação e da capacitação desses indivíduos. As diretrizes de desenvolvimento de bibliotecas para deficientes visuais desenvolvidas pela IFLA são um exemplo significativo desses esforços.

3.3. Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições

Origem e objetivos

A Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos fundada em 30 de setembro de 1927 na Escócia e registrada em junho de 1971 na Holanda. Os recursos de sua sede, de acordo com o portal da IFLA, são fornecidos pela Biblioteca Nacional dos Países Baixos, Biblioteca Real, localizada em Haia.

A IFLA atua na promoção de bibliotecas, serviços informacionais e profissionais em âmbito internacional, sem focalizar seus esforços em um país ou em uma biblioteca específicos. Seus objetivos são, segundo Fanfa e Bettiol (1987, p. 89):

> [...] tanto promover o entendimento internacional, a cooperação, discussão, investigação e desenvolvimento em todas as áreas da atividade biblioteconômica, incluindo bibliografias, serviços de informação e treinamento de pessoal, como promover uma entidade através da qual a biblioteconomia possa ser representada em assuntos de interesse internacional.

Percebe-se, pelos valores expostos em seu portal, que para alcançar esses objetivos, a IFLA busca, por meio de suas atividades e programas, assegurar os princípios da liberdade de acesso à informação, para que pessoas, comunidades e organizações tenham acesso generalizado a partir de bibliotecas e serviços informacionais de alta qualidade a fim de promover o bem-estar educativo, cultural, democrático e econômico-social.

Membros

Do ponto de vista de Fanfa e Bettiol (1987, p. 89) a IFLA a fim de cumprir seus objetivos assume certas responsabilidades como “[...] colaborar com as organizações internacionais nas áreas de informação, documentação e arquivo [...].”.

Atualmente, de acordo com o portal da IFLA, esta possui 1500 membros, em cerca de 150 países, divididos em dois grupos: associações membros e instituições membros.

As associações membros englobam associações de bibliotecários e profissionais da informação, de bibliotecas e serviços informacionais e de institutos de ensino e pesquisa a respeito de bibliotecas e ciência da informação. As organizações internacionais que atuam nas áreas de interesse da IFLA participam como membros da chamada Associação Internacional.

As instituições membros são as bibliotecas e serviços informacionais individuais, ou seja, que não são representados por meio de associações, mas por eles próprios. Também pode fazer parte desse grupo qualquer organização que esteja no ramo de bibliotecas e informação.

Programas desenvolvidos

A IFLA tem desenvolvido como afirmam Fanfa e Bettiol (1987, p. 89), vários programas estratégicos em médio prazo. Esses programas se preocupam com questões usuais das bibliotecas ao redor do mundo, bem como dos serviços informacionais oferecidos por elas. São programas de apoio, coordenação e organização de pesquisas, estudos, conferências e reuniões, publicação de informação a respeito de bibliotecas e áreas afins, mas principalmente, de colaboração com as demais organizações internacionais voltadas para áreas relacionadas à informação.

Como consta no portal da IFLA, a direção desses programas cabe ao Comitê Profissional, enquanto o apoio, feito por meio de doações, fica a cargo das agências internacionais de financiamento, bibliotecas nacionais e universitárias, bem como as associações nacionais.

Os resultados dos programas desenvolvidos pela IFLA são registrados e divulgados por meio de publicações, como o periódico que faz a cobertura das atividades que estão sendo realizadas por sua equipe, bem como de artigos relacionados às suas áreas de interesse; o relatório anual que apresenta o que foi conquistado nos anos anteriores; a série de publicações de responsabilidade da sua própria editora, localizada em Berlim na Alemanha; e a série de relatórios das reuniões de profissionais da informação e das diretrizes para melhoramento das bibliotecas e dos serviços de informação.

O objeto desse estudo é o relatório nº 86 da IFLA *Biblioteca para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento*, no qual são apresentadas dez diretrizes para o desenvolvimento de uma biblioteca que atenda as demandas informacionais dos deficientes visuais de forma eficiente e padronizada.

Esta obra foi apresentada, segundo Feres e Belluzzo (2010), durante o II Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias e II Fórum Prazeres da Leitura realizado no Museu da Língua Portuguesa em São Paulo no dia 12 de novembro de 2009. Maria de Cléofas Faggion Alencar e Maria Amélia de Toledo Leme, bibliotecárias da Embrapa Meio Ambiente de Jaguariúna, São Paulo, foram responsáveis pela tradução e revisão da obra, respectivamente.

Para realização desse estudo foram colhidas informações do mundo todo, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de bibliotecas e serviços direcionados a pessoas incapazes de utilizar material impresso e de ressaltar a importância de se formar uma coleção acessível mediante materiais alternativos visto que existe uma carência de materiais disponíveis em formatos que atendam adequadamente as necessidades desse público.

4. METODOLOGIA

A pesquisa realizada classifica-se a partir dos critérios apontados por Prodanov e Freitas (2013):

- Natureza da pesquisa: trata-se de uma pesquisa documental, visando gerar novos conhecimentos, sem aplicação prática prevista.

- Abordagem: é qualitativa, considerando que o ambiente natural é fonte direta de coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados.

- Objeto da pesquisa: analisar o Relatório nº 86 da IFLA *Biblioteca para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento*.

- Coleta de dados: pesquisas bibliográfica e documental realizadas com base em materiais publicados e também naqueles que não receberam tratamento analítico.

5. ANÁLISE DAS DIRETRIZES

Objetivo e público alvo

As diretrizes de desenvolvimento de bibliotecas para deficientes visuais contempladas no relatório nº 86 da IFLA, *Biblioteca para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento,* surgiram com intuito de formalizar uma estrutura de serviços para bibliotecas cujo público possui determinadas deficiências e, ainda que possua as mesmas demandas informacionais que aqueles não deficientes, necessita de formatos e coleções diferenciados e adaptados às suas necessidades.

Para denominar este público a IFLA utiliza a expressão “pessoas incapazes de consultar material impresso”, sendo ele composto de pessoas com cegueira, baixa visão, deficiência de aprendizagem ou deficiência física. Estas deficiências dificultam de certa maneira o manuseio de material impresso, variando a intensidade da dificuldade conforme a deficiência. Nesta análise, a título de simplificação, utilizaremos o termo deficiente visual.

Disparidades de recursos

Cabe salientar a colocação feita pela IFLA quanto à existência de disparidades de recursos entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, as quais interferem na infraestrutura de inclusão digital desse público. Nos países em desenvolvimento tanto a inclusão digital quanto a integração de pessoas com deficiência visual à educação é precária e uma exceção.

> Muitas das causas da cegueira evitável nos países de baixos ingressos estão diretamente relacionadas com a pobreza, incluindo a fome, má nutrição e acesso limitado à saúde, educação, água e serviços sanitários. Estes problemas são ainda mais agudos nas regiões menos desenvolvidas economicamente, que reúnem mais de 90% das pessoas com problemas visuais no mundo. [...] Até 75% da cegueira é evitável (prevenível ou possível de curar). (OMS; IAPB)

Padronização dos serviços de informação em bibliotecas

É apresentado breve histórico sobre o desenvolvimento inicial de orientações para padronizar os serviços de bibliotecas direcionadas aos deficientes visuais. Segundo a IFLA (2009) este foi o primeiro conjunto de padrões desenvolvido em 1983, pela Library for the Blind Sections da IFLA (IFLA LBS). Estes padrões precisaram ser lapidados desde que houve uma união entre a informação e a tecnologia da informação, possibilitando assim que as pessoas com deficiência visual obtivessem acesso verdadeiramente apropriado às informações.

De acordo com IFLA (2009, p. 11) “a adesão aos padrões tem um papel importante no melhoramento do acesso aos recursos de informação nas coleções das bibliotecas, em instituições culturais ou na World Wide Web.” Estes parâmetros são relevantes para que a informação disponibilizada nos mais diversos formatos seja tratada de forma adequada, organizada e reconhecida mundialmente.

O papel do governo e as legislações de regulamentação das bibliotecas

O governo deve agir para que o serviço de qualidade prestado nas bibliotecas públicas também faça parte da realidade dessas bibliotecas que atendem pessoas com deficiência visual. Constatou-se a existência em alguns países de legislações que regulamentam os serviços de bibliotecas públicas. Estas devem apontar as responsabilidades das entidades de criação, aquisição, distribuição de conteúdos e integração do serviço por meio das principais redes de bibliotecas e dos governos.

Com relação à legislação, observou-se a necessidade da criação de leis que propiciem adequada disseminação da informação para esse público específico, visto que estes utilizam meios não tão convencionais como os demais usuários. Estas leis devem beneficiar todas as partes que detém os direitos autorais da obra, bem como seus usuários, como, por exemplo, utilizando transcrição de trabalhos literários em Braille, livros falados, textos falados ou acordar diretamente com as partes que detém os direitos autorais da obra, possibilitando flexibilidade na construção de ajustes para propagação da informação para esse público.

Recomenda-se, conforme IFLA (2009, p. 23) “que cada país estabeleça uma agência nacional com a autoridade para estabelecer padrões e definir, desenvolver e coordenar a estratégia nacional para os serviços de biblioteca para pessoas incapazes de utilizar material impresso.” É de extrema importância a existência de legislações que regulamentem a disponibilidade de serviços que supram as necessidades desse público. É importante que nessas legislações sejam consideradas a estrutura local, as demandas de desenvolvimento de serviços e maneiras de oferecer os serviços em formatos que de fato possibilitem o acesso a todos. No *site* da IFLA encontramos alguns exemplos, nos quais constam legislações de bibliotecas públicas, conforme se pode verificar em (www.ifla.org./V/cdoc/acts.htm).

O papel da biblioteca e de seus profissionais

É de suma importância que a biblioteca e os profissionais nela envolvidos estejam em sintonia com a missão, objetivos e as normas da instituição, bem como com seu público alvo para que as necessidades do mesmo sejam compreendidas e atendidas; atividades, como a estrutura da biblioteca como um todo, desde sinalização do ambiente e das obras até os vários formatos adequados de acesso a informação por pessoas com deficiência visual. É preciso uma adequação dos

serviços prestados pela biblioteca publica às pessoas impossibilitadas de acessar material impresso, como abaixo mencionado:

> O serviço de biblioteca ideal é aquele onde cada indivíduo, independentemente do grau de limitação visual, tem acesso aos materiais e informação na hora em que necessite em um formato que possa ser utilizado, e em quantidades que sejam suficientes, e cujas necessidades são compreendidas. (MACHELL, 1996 *apud* IFLA, 2009, p.26).

Deve-se empenhar esforços para alcançar equidade na acessibilidade, cabendo às bibliotecas traçar projetos e políticas como parte de seus princípios a fim de que os materiais estejam acessíveis de forma generalizada. O serviço de entrega, por exemplo, é de extrema relevância para este público, justifica-se pela deficiência do mercado de editores de livros para pessoas com deficiência visual, e pela consequente dependência destas em relação a um serviço eficiente de empréstimo de materiais entre bibliotecas.

O ideal é que em cada biblioteca hajam políticas que assegurem o oferecimento de materiais e serviços, independente de quais sejam, variando desde um livro em Braille até a leitura diretamente para o usuário. Partindo do que salienta McDonald (2000 *apud* IFLA, 2009, p.27) “O gerenciamento de serviços integrados para estudantes deficientes permeia todos os recursos que o gerente controla – funcionários, recursos financeiros, sistemas automatizados, coleções, TI, serviços e espaço.”.

Importância da biblioteca para crianças, jovens, adultos e idosos deficientes visuais.

Independente da faixa etária sempre haverá uma necessidade incessante na busca por informação, sendo que, o que irá diversificar é o nível desta ao ser requerida. Ainda assim, o mais importante é que sua disseminação ocorra em diversos formatos.

As crianças cegas devem ser adaptadas à sua realidade desde pequenas. É primordial que elas tenham opções variadas de informação, tanto em seu conteúdo como em seu suporte. Assim estas se tornarão independentes bem mais cedo formando opinião sobre seus gostos de leitura e sobre o método de aprendizado com o qual mais se identificam. Os programas de desenvolvimento de leitura e escrita em Braille também colaboram para instigar o gosto das crianças pela leitura.

A leitura de material em Braille, segundo Gil (2000), é muito mais cansativa que a leitura visual, sendo que a velocidade em que o deficiente visual consegue ler está relacionada ao tempo de contato com o Braille e ao nível de sensibilidade do tato. Aquele que aprendeu a ler ainda na infância terá mais facilidade e velocidade no momento da leitura do que aquele que aprendeu tardiamente.

As fontes eletrônicas e serviços da web devem ser explorados a fim de se ter mais oportunidades de aprendizado e estímulo. Isso é possível por meio de livros digitais, *links* e *websites* que permitam acesso adequado, bem como recursos e atividades adicionais.

Os jovens deficientes visuais têm as mesmas necessidades que qualquer outro da sua faixa etária, mas geralmente suas necessidades não são sanadas com a mesma agilidade. Eles sofrem principalmente com a demora na entrega de material para trabalhos e testes acadêmicos. Além disso, precisam de computadores adaptados com tecnologias que permitam a participação deles da mesma maneira que os demais alunos. A IFLA (2009, p. 32) ressalta muito bem o papel da biblioteca diante dessa situação, “As bibliotecas deveriam oferecer aos estudantes incapazes de utilizar material impresso treinamento no uso de recursos disponíveis para pesquisa.”.

Os adultos deficientes visuais, por sua vez, necessitam de material adequado para se manter no mercado de trabalho e aprimorar a carreira. Os serviços de transcrição ou de leitura podem ser solicitados justamente para que eles tenham acesso a conteúdos com alto nível de especialização. Já os idosos deficientes visuais procuram bibliotecas em busca de informações por prazer ou para realizar

pesquisas. Quanto ao Braille, demonstram grande interesse em aprendê-lo com o intuito de adquirir maior independência.

Deficientes visuais estrangeiros

Os deficientes visuais estrangeiros que necessitam aprender outro idioma ou cultura para garantirem a comunicabilidade devem ter sua solicitação atendida prontamente. Nesses casos deveria haver uma rede integrada de bibliotecas que permitisse o empréstimo de material. A título de exemplo, pode-se citar a Rede Virtual de Bibliotecas ou como é mais comumente conhecida RVBI, esta é uma rede cooperativa formada por várias bibliotecas brasileiras que possibilitam o intercâmbio de informações entre si.

Cooperação e redes

As bibliotecas para deficientes visuais são semelhantes a qualquer outro tipo de biblioteca, e segundo a IFLA (2009), é importante que haja cooperação entre elas para o desenvolvimento de coleções amparadas por tecnologias e compartilhamento de recursos.

O empréstimo entre bibliotecas justifica-se pela impossibilidade de um serviço desta natureza abranger todos os assuntos e a quantidade de materiais necessários; e pelo alto custo de compra ou produção de materiais em formato adequado para os deficientes visuais. É recomendável que as bibliotecas tenham ciência das coleções das demais, a fim de ser possível a troca de informações e de materiais entre elas, e principalmente, devem buscar, no caso de produção de materiais, produções conjuntas, isto para minimizar os gastos, e aperfeiçoar o serviço.

É relevante atentar-se para as demandas dos usuários tentando manter na coleção os materiais mais requisitados, pois, de acordo com a IFLA (2009, p. 37) “O

empréstimo entre bibliotecas não substitui a necessidade de coleções locais fortes, mas melhora as coleções disponíveis aos usuários.”.

As bibliotecas deveriam ter profissionais capacitados para compreender a relevância de se obter parcerias com outras instituições que não somente as de sua natureza. Quando aliamos um centro de informação tão poderoso como a biblioteca com instituições diversas, não significa apenas uma troca de serviços ou dados, mas um importante complemento para uma maximização dos serviços oferecidos a esse público diferenciado, bem como de conhecimento sobre o mesmo.

Formação de coleções

Formar coleções é captar a essência do público alvo da instituição, é preciso bem mais que uma simples pesquisa, nesse caso tem que ser captadas as reais necessidades do usuário. É importante se ter uma visão geral, mas isto só é possível se antes for realizada uma varredura das partes desse todo, partindo de uma percepção do espaço físico, da cultura, do clima, da economia, dentre outros fatores que influenciarão diretamente ou indiretamente nessa biblioteca e em sua missão.

É importante que a biblioteca desenvolva uma coleção da história local para reafirmar a identidade de seus usuários, devendo fazer parte dessa coleção dados sobre seu publico alvo, pois os deficientes visuais precisam se identificar e obter informações sobre sua deficiência. Toda essa informação dificilmente estará disponível em estantes, mas graças a uma grande aliada como a tecnologia pode-se acessar esses materiais de forma rápida, prática e de baixo custo com relação aos materiais impressos. Como bem colocado pela IFLA (2009, p. 40) “Uma coleção de biblioteca é o coração do seu serviço e o reflexo da sua missão.”.

Para desenvolver uma coleção, a biblioteca deve formular uma política que norteie as etapas do processo de formação desta e que sirva como informativo para todos os envolvidos com a instituição, como os leitores, funcionários e depositários.

Baseando-se nessa política, seria traçado um plano de coleção que abrangesse os assuntos, formatos e materiais para descarte, substituição, e como serão armazenados. É necessário que conste nesse plano o serviço que se pretende oferecer aos usuários.

Com relação à seleção desses materiais é imprescindível que se tenha critérios que condizem com a visão minuciosa percebida na varredura das partes. Outro critério para seleção de títulos é a averiguação da existência de duplicações, pois uma política é muito mais eficiente quando garante que não haja gastos desnecessários.

O usuário deve ser sempre privilegiado em seus pedidos e necessidades. É de suma importância que estes sejam levados em consideração no momento de seleção de materiais. Como ressalta IFLA (2009, p. 43) “[...] as bibliotecas deveriam incluir a transcrição de conteúdos populares como parte do custo da aquisição e desenvolvimento de uma coleção acessível.”.

Os profissionais precisam estar capacitados e inteirados das leis que regem os direitos autorais para que haja uma coerência na formação, disseminação e padronização da coleção. Vale ressaltar que não apenas as leis devem ser objeto de atenção, mas também os acordos ou arranjos de licenciamento estabelecidos entre as instituições e os criadores das obras.

As doações de materiais são também fonte de expansão da coleção e do conteúdo da biblioteca, porém esta pode se recusar a receber aquelas que não são de grande valia para seus usuários. É importante que a biblioteca especifique em sua política as condições de doação e utilize o mesmo critério de avaliação aplicado aos demais materiais da coleção. Com relação a conteúdos nacionais ou culturais importantes deve-se utilizar um repositório mediante serviço da biblioteca nacional a fim de certificar a preservação do conteúdo.

Obter um catálogo da coleção adaptado para esse público é importante para que este tenha acesso aos materiais disponíveis, bem como para tornar possível a independência na hora de selecionar o que e como ler. Como qualquer outro catálogo, este também deve estar interligado à internet, disponibilizando seus títulos

catalogados em níveis superiores como os catálogos regionais e nacionais, pois assim será alcançado um público muito maior do que apenas o usuário local.

A importância de se obter um catálogo de acesso *online* não está somente na diversidade de assuntos que o público poderá acessar, mas principalmente, em suprir a carência de suas aptidões cognitivas, além de facilitar o acesso de pessoas em locais menos favorecidos. É interessante que o catálogo dessas coleções esteja conectado a outras coleções, assim, além de obterem-se novos títulos, baratearmos o custo, alavancarmos o acesso à informação para esse público, ainda iremos colaborar para uma padronização da organização e catalogação dos registros das obras desse tipo de biblioteca.

É comum, com a chegada da internet e a facilidade de acesso à informação, os bibliotecários e os usuários negligenciarem a procedência dos dados a respeito das obras. Entretanto, é preciso profissionais treinados e capacitados para analisar esses recursos catalogados de web de forma que haja uma navegação mais segura por esses conteúdos. De acordo com IFLA (2009, p. 46) “As bibliotecas deveriam implantar um processo para revisão dos links de recursos baseados na web sistematicamente, exatamente como qualquer acervo físico deveria ser regularmente desenvolvido ou retirado.”

Segundo IFLA (2009, p.46) os deficientes visuais […] leem, em média, mais que o dobro dos títulos por ano comparado com o público em geral. Isso significa que para determinar o tamanho da coleção deve-se considerar que há poucos títulos e muitas reproduções desses títulos para que seja possível atender uma demanda em crescimento.

Não somente com relação à quantidade de títulos deve-se atentar a instituição, mas também na hora de lidar, manter sua coleção. No caso de livros transcritos em Braille, cuidados especiais deverão ser tomados, é preciso atentar para a posição em que a obra é colocada nas estantes, o tamanho das prateleiras e a fixação destas ao chão, o peso dos livros, os espaços deixados entre eles ao guardá-los. Afinal, livros em Braille não devem ser apertados para que a escrita (bolinhas) não seja danificada (amassada); no caso dos audiolivros é preciso atentar para o

cuidado com a manutenção e a durabilidade dessas fitas, atentar para *softwares* e *hardwares* capazes de transcrever os registros para novas tecnologias, quando for necessária a atualização.

Deve-se utilizar a tecnologia como aliada. Ao invés de produzir várias cópias e deixá-las nas estantes, deve-se guardá-las em um ambiente de repositório eletrônico seguro e adequado, fazendo cópias somente quando solicitado. Também é preciso atentar para o clima e planos que previnam danos às coleções causados por desastres naturais. Assim como na hora de criar uma coleção é preciso estabelecer uma politica para padronização e melhor compreensão, isso também se aplica ao descarte, é preciso formular uma politica para regularizar a retirada de obras do acervo, bem como da coleção. Como mencionado pela IFLA (2009, p. 47):

> É imperativo que as práticas de retirada remetam a: títulos e cópias que não são mais solicitadas; títulos da referência e de não ficção desatualizados; disponibilidade de espaço de armazenamento nas estantes; e remoção de informação da catalogação de itens que foram removidos, para que os funcionários e os usuários não encontrem os registros desses materiais.

Politicas para os repositórios eletrônicos e arquivos também deverão ser criadas tendo como base os requisitos de acesso e armazenamento dos materiais de mídia.

Tecnologias de acesso e as coleções

As tecnologias oferecidas deverão ser simples, porém completas quanto a suprirem as necessidades do público alvo para obter adequado acesso as coleções. Essas tecnologias requerem certo custo para serem adquiridas, mantidas e atualizadas e devem estar previstas no orçamento da biblioteca ou serem financiadas pelo governo.

Os usuários precisam ser treinados e incentivados a usufruir do acervo, se possível pela própria biblioteca, principalmente no uso das tecnologias, a fim de facilitar sua adaptação a estas que só tem a facilitar o acesso dos mesmos a informação. Temos como exemplo citado pela IFLA (2009, p. 50):

> Depois que a biblioteca realizou, com muito sucesso, um workshop para ensinar habilidades básicas em computador para pessoas cegas, foi aberto na Zâmbia um centro de treinamento tecnológico e em computador. O centro é chamado de Touch for Progress, cuja iniciativa treina os cegos e complementa outros serviços oferecidos pela biblioteca.

De acordo com a IFLA (2009, p. 50) “Todos os materiais distribuídos deveriam indicar as condições de uso. Por exemplo, alguns livros falados poderiam indicar que somente pessoas incapazes de utilizar material impresso poderiam utilizá-los.”

É pertinente que as políticas de utilização dos conteúdos eletrônicos/digitais sejam esclarecidas também para os usuários a fim de que estes se tornem cientes da responsabilidade e privilégio que tem em suas mãos e para que os direitos e garantias dos detentores de direitos autorais da obra permaneçam inviolados, bem como os de sua obra. Os acordos de acesso também devem proteger as bibliotecas. Estas por sua vez buscarão o compartilhamento de recursos com bibliotecas semelhantes, sem agredir os direitos autorais dos responsáveis pelas obras.

As bibliotecas para deficientes visuais deveriam desenvolver politicas que pudessem reger a ética dos profissionais bibliotecários, politicas essas destinadas a assegurar o sigilo das informações dos usuários, a integridade da biblioteca, dos seus funcionários e do seu publico, pois afinal, de acordo com a IFLA (2009, p. 51):

> O único requisito de uma biblioteca para cegos significa que os funcionários deveriam ter acesso aos registros históricos dos usuários da biblioteca de modo a oferecer o melhor uso da coleção a esses leitores. Os funcionários deveriam apoiar as necessidades de leitura dos usuários que pedem ou escrevem solicitando auxílio para a seleção de materiais.

Como mencionado anteriormente, a importância dos diversos serviços de entrega para pessoas com deficiência visual só tende a crescer, e os serviços aperfeiçoarem. A postagem gratuita funciona, eficazmente, por meio de parcerias entre a biblioteca e instituições voltadas para deficientes visuais, na qual ambas são beneficiadas.

As bibliotecas itinerantes são úteis para alcançar um público em locais de difícil acesso, podem ser utilizados kombis, canoa, jegue e etc. Estas também funcionam muito bem quando feitas em parcerias com as agencias.

Em relação a internet e ao correio eletrônico, estes representam uma grande oportunidade, pois há muita informação, facilidade na sua disseminação e custo barateado. Uma outra forma de se ter acesso a biblioteca é por meio do telefone, uma forma prática e eficiente de comunicação. A relevância das bibliotecas interagirem com outras bibliotecas e agencias, com foco em seu publico alvo, torna possível uma maior integração entre instituição e usuário.

Um problema que as bibliotecas, especializadas em deficientes visuais e em outros públicos, enfrentam é o atraso na devolução dos materiais. Os usuários precisam se conscientizar da importância em honrar o compromisso de devolver a obra no dia certo, justamente por, provavelmente, não ser o único usuário da biblioteca a precisar da obra. A IFLA (2009, p. 53) ressalta que “As bibliotecas para cegos podem querer oferecer um período maior de empréstimo se a maior parte da coleção circula por correio.”.

Ao longo de quase todo esse capítulo foi ressaltada a importância do bibliotecário, da biblioteca para deficientes visuais e de seus usuários. O que se deve perceber é que não se fala de um profissional ultrapassado, mas sim de um bibliotecário atualizado, operando em áreas anteriormente inexploradas. O bibliotecário de hoje gerencia não somente os catálogos de coleções da biblioteca, mas todas as operações que a envolvem, sejam elas internas ou externas. Estes precisam estar inteirados de tudo que afeta de forma positiva ou negativa sua instituição.

Produção de áudio livros

As bibliotecas para deficientes visuais são as grandes responsáveis pela produção de materiais em formatos adequados ao seu público. Com o avanço das tecnologias tem-se usado programas que traduzem a informação para diversos formatos, desde Braille a arquivos de áudio. Segundo IFLA (2009) durante muito tempo o áudio livro,

também conhecido como livro falado, foi a única forma de acesso à informação daqueles que não aprenderam o Braille. Foram utilizados como suporte o vinil e a fita cassete, sendo que esta se tornou muito usual devido principalmente à facilidade de se fazer gravações e por seu tamanho diminuído.

O CD-ROM conquistou grande espaço em consequência do baixo custo e da maior durabilidade, qualidade, portabilidade e capacidade de armazenamento. A transformação da mídia analógica para digital tem interferido na disponibilização da informação. Tanto as bibliotecas quanto os deficientes visuais vêm buscando acompanhar essa transformação. O Consórcio DAISY[1] foi criado justamente com esse intuito, desenvolvendo, como explica IFLA (2009), um padrão internacional e um *software* que produzem audiolivros em formato digital que possibilitam de forma simples a localização de páginas e capítulos, uso de índice, entre outras funcionalidades. Com relação à armazenagem, são utilizadas técnicas de compactação que permitem a gravação de quase todos os livros em apenas um disco.

Diante dessas transformações, as bibliotecas para deficientes visuais devem padronizar a produção de materiais bem como a conversão de áudio livros em formato analógico para formato digital a fim de garantir coleções que permitam acesso eficiente à informação.

Produção de livros em Braille

No início, o Braille era produzido de forma manual com ajuda de instrumentos próprios para isso. Com a evolução tecnológica, computadores, máquinas eletrônicas e *softwares* de tradução permitiram que materiais em Braille fossem produzidos de forma bem mais rápida.

[1] Digital Accessible Information System.

O papel mais adequado para servir de suporte para textos em Braille tem um alto custo. Outro fator que interfere na produção de materiais em Braille é que certas impressoras não aceitam todas as gramaturas de papel, dificultando inclusive o processo de encadernação.

Em lugares em que o papel é de alto custo a IFLA (2009) aconselha o uso de papel reciclado. Quanto ao armazenamento, salienta-se a importância das bibliotecas terem uma cópia digital dos livros em Braille, para os casos em que for necessária a substituição das versões impressas. Uma alternativa a essas versões são os displays e teclados perceptíveis ao tato que podem ser acoplados aos computadores da biblioteca.

No Brasil...

No que tange as ilustrações e gráficos, é um grande desafio fazer a conversão de imagens visuais em gráficos Braille. São necessários ajustes das minúcias da imagem para que a representação seja perceptível pelas mãos do deficiente visual. A representação da imagem ou do gráfico pode ser feita também por meio de descrição em áudio, sendo uma forma mais simples, porém do mesmo modo eficiente.

É relevante que as bibliotecas tenham braillistas treinados e certificados. Segundo IFLA (2009, p. 60) “Um braillista treinado deve saber as regras apropriadas de Braille do país e a língua bem como estar ciente das autoridades Braille apropriadas.”. Desse modo poderão oferecer cursos de treinamento tanto para os usuários quanto para formação de outros profissionais. Os usuários, por exemplo, precisam ser treinados para ler imagens em Braille.

A produção de livros com fonte ampliada depende de acordos com os detentores de direitos para que esta seja permitida, como afirma IFLA (2009, p. 64): “Diferentemente da produção de livros falados e Braille, a impressão com a fonte ampliada está excluída de qualquer exceção do *copyright*.”. Essa produção pode ser realizada em conjunto com outras bibliotecas ou pode-se recorrer aos empréstimos entre bibliotecas.

Os profissionais envolvidos

Dos profissionais bibliotecários, treinados profissionalmente ou que têm anos de experiência, é esperado, segundo a IFLA (2009, p. 68), que desempenhem alguns dos seguintes níveis de gerenciamento:

- Liderança e motivação
- Desenvolvimento de relacionamentos efetivos com as agências governamentais e de financiamento
- Manutenção de um conhecimento sobre a legislação pertinente, incluindo copyright e legislação para deficientes
- Planejamento, desenvolvimento e implantação de políticas
- Construção e manutenção de redes com outras organizações
- Negociação financeira e orçamentaria
- Gerenciamento dos recursos e dos funcionários da biblioteca
- Planejamento e desenvolvimento de sistemas de bibliotecas
- Gerenciamento de tecnologias adaptativas e de interfaces para usuários
- Gerenciamento de mudanças em um ambiente dinâmico
- Facilitação de marketing, de promoção, de advocacia e do lobbying
- Sistemas de informação
- Dispositivos tecnológicos de auxílio
- Narradores para a gravação de áudios
- Braillistas e professionais especialistas em percepção ao tato
- Desenvolvimento de web e de publicação eletrônica

Um dos principais objetivos da biblioteca é proporcionar uma mudança intelectual na comunidade onde está inserida. Para tanto, é preciso que os profissionais que atuam nela sejam altamente treinados e capacitados não somente nas políticas e diretrizes, mas principalmente na capacidade de lidar com o ser humano e no aperfeiçoamento de suas habilidades e técnicas, por meio de cursos. Segundo IFLA (2009, p. 69) “Deveria ser aplicado, no mínimo, 1% do orçamento total de operações ao desenvolvimento de funcionários.”.

As escolas de biblioteconomia tem o papel de preparar os profissionais por meio da abordagem de temas relacionados a pessoas com deficiência visual. Os profissionais e estudantes precisam se conscientizar sobre seu dever, que não é julgar, mas proporcionar produtos e serviços adequados para garantir que seu publico alvo tenha acesso igualitário a informação. É nesse aspecto que as escolas

geradoras de conhecimento atuam para dar suporte aos seus futuros e atuais profissionais da informação.

É preciso que a biblioteca como um todo tenha consciência sobre particularidades das pessoas com deficiência visual, daí a importância de todos os profissionais se conscientizarem de suas atitudes para com os deficientes visuais, pois estas, muitas vezes criam barreiras maiores que a deficiência enfrentada. Segundo IFLA (2009, p. 70), “Essa cultura de consciência deveria começar no nível gerencial e fazer parte dos valores da organização [...]”.
Para que todos os profissionais tomem consciência do ambiente em que estão inseridos é preciso padronizar diretrizes de ética e valores de como lidar com as dificuldades, as obrigações, as necessidades e a privacidade desses usuários.

Como já mencionado, é de extrema importância que a biblioteca crie laços, parcerias, seja com outras bibliotecas, agencias ou agora num enfoque maior, com pessoas para trabalhar como voluntarias.

Os voluntários estão espalhados por todo o mundo e são uma importante e forte parceria, mas precisam ser bem selecionados e treinados. Estes não servem somente para economizar no numero de funcionários contratados e reduzir custos, mas também para conscientizar a comunidade da vivência de outra realidade e praticar a cidadania. Isto não significa, contudo que eles estarão imunes as politicas e treinamentos da biblioteca. Será também importante o desenvolvimento de projetos que estimulem os voluntários a se integrarem nos assuntos da biblioteca e do seu publico alvo, programas que os recompensem pela atuação na instituição e os estimulem, como ressaltado pela IFLA (2009, p. 72).

Condições de trabalho

É de extrema relevância que as condições de trabalho nas quais os funcionários, bem como os voluntários atuam sejam favoráveis, adequadas não somente na estrutura e espaço proporcionando segurança, mas também propiciando bem-estar.

Segundo a IFLA (2009, p. 73) alguns itens devem ser observados com certa atenção, tais como:

- Riscos à saúde e à segurança deveriam ser rotineiramente identificados e corrigidos;
- Móveis ergonômicos e boas condições de trabalho deveriam garantir que os funcionários sejam produtivos e que não se machuquem por causa de condições ruins ;
- Os sistemas e as estações de trabalho deveriam ser mantidos e reparados periodicamente, para manter a produtividade e a moral dos funcionários;
- Os sistemas e as estações de trabalho com qualquer produto de tecnologia adaptativa necessária deveriam estar no lugar para um novo funcionário cego ou visualmente prejudicado, antes da chegada de funcionários cegos ou com limitação visual. Esses sistemas deveriam ser mantidos nos mesmos padrões que são oferecidos para outro funcionário da organização.

Planejamento

É essencial que os administradores de bibliotecas para esse usuário tão peculiar percebam suas necessidades e deem a visibilidade necessária de acordo com a prioridade que a área demanda. As parcerias deverão ser feitas, não somente para facilitar e disseminar os trabalhos das diversas organizações agências e bibliotecas voltados para as pessoas com deficiência visual, mas primeiramente para que este público obtenha o devido reconhecimento perante a sociedade.

As políticas de desenvolvimento e planejamento são essenciais para um adequado funcionamento da organização, todos precisam estar cientes da existência, importância e conteúdo dessas politicas. Estas estabelecerão as obrigações, limitações e objetivos da instituição, assim possibilitando transparência dos serviços prestados, limites estabelecidos e objetivos traçados da organização para com os usuários, funcionários e gestores.

As metas de curto e longo prazo precisam ser estabelecidas, planos estratégicos e operacionais devem ser elaborados, um complementando o outro, traçando-se os objetivos e os recursos disponíveis para alcançá-los, inserindo no plano estratégico, pontos citados pela IFLA (2009, p. 74):

- Ser precedidos por uma revisão da avaliação de necessidades, a compreensão dos avanços e a relevância de serviço atual;
- Ter transparência sobre as metas e os objetivos, bem como o cronograma para alcançá-los;
- Especificar os meios que serão utilizados para alcançar as metas incluindo as projeções dos recursos orçamentários, financeiros, de capital e humano;
- Apresentar resiliência, de modo a permitir reavaliação das necessidades e prioridades ao longo do tempo do plano;
- Ser revistos e atualizados regularmente dentro do cronograma estabelecido;
- Ser usado para determinar os resultados de desempenho de acordo com as medidas apropriadas. Esses resultados deveriam formar a base para um comitê ou uma organização governamental para avaliar o gerenciamento e os funcionários.

A parte financeira da biblioteca deve receber uma atenção de certo modo especial, afinal os materiais para este público tão peculiar são extremamente caros e necessários para atender essa demanda. Precisarão ser realizados planejamentos financeiros, estes que estão atrelados ao planejamento estratégico e operacional, para prever os custos durante o ano, assim evitando gastos desnecessários e prevenindo possíveis imprevistos. Análises dos mais diversos gastos deverão ser feitas. As despesas orçamentarias devem ser obedecidas e monitoradas por todos da instituição, bem como analisadas e aprovadas adequadamente pelo governo ou administração responsável.

O gerente ou administrador da biblioteca tem a função de tornar visível positivamente sua instituição, fazendo e mantendo parcerias com outras organizações, sejam elas nacionais ou internacionais, assim se preocupando em fomentar os relacionamentos estabelecidos pela biblioteca. Este se torna responsável pelo avanço dos serviços oferecidos, sendo assim motivador da credibilidade de sua instituição.

Os recursos adquiridos e produzidos pelas bibliotecas para deficientes visuais chegam a utilizar 50% do orçamento organizacional, já os recursos humanos podem ultrapassar os 50% das despesas operacionais da biblioteca, como mencionado pela própria IFLA (2009, p. 76). Para que danos orçamentários sejam evitados, é preciso clareza quanto a seleção, contratação, função e comunicação com e entre os funcionários, sendo que estes devem sempre estar atentos quanto as diversas

novidades apresentadas para que possam manter atualizadas e melhoradas suas áreas de atuação e da instituição.

Gerentes

As tecnologias precisam ser aliadas da biblioteca, pois uma biblioteca comum já atua em diversos sistemas porque lida, como afirma a IFLA (2009, p. 76-77), com "[...] circulação, catalogação, aquisição, catálogos de acesso on-line, controle do padrão do serviço da biblioteca e sistemas de gerenciamento – todos adequados para acomodar as necessidades especiais dos usuários." Uma biblioteca para deficientes visuais irá requerer muito mais aptidões, para isso deverão ser inseridas novas habilidades a esses sistemas a fim de melhorá-los, mas também unificando tantas partes num todo, tornando-o mais eficiente.

Para tanto os gerentes devem estar atentos para as mudanças que os sistemas informatizados irão causar na instituição, nos profissionais e nos seus usuários, a fim de avaliá-las e aplicá-las, se necessário, com o intuito de melhorar a efetividade dos serviços prestados aos deficientes visuais. Para que os danos eventualmente causados por essas mudanças não sejam tão negativos é preciso que os gerentes das bibliotecas estejam atualizados e capacitados a fim de anteciparem as dificuldades e solucioná-las.

Outro ponto importante que deve ser analisado pelo gestor é o estudo do usuário, para que seja possível compreender as reais necessidades dos mesmos; a partir desse estudo fazer um levantamento do nível de eficiência dos setores e dos serviços prestados. Também é relevante que se estabeleça indicadores de desempenho, pois segundo a IFLA (2009, p. 79) devem ser levantadas estatísticas que contenham informações sobre circulação de materiais, quantidade de usuários e de visitas ao *website* da biblioteca, caso esse exista, e a quantidade de funcionários e voluntários com relação ao número de usuários. Esses pontos precisam ser observados e analisados a fim de identificar falhas, melhorar os serviços, realizar o

planejamento orçamentário e identificar qual o comportamento informacional do usuário, como suas principais leituras, frequência de acesso à biblioteca e etc.

Marketing

Uma biblioteca para deficientes visuais oferece os mais diversos serviços e possibilidades para este publico. Contudo, assim como desconhecem seus direitos de acesso à informação e acessibilidade, grande parte deste público sequer sabe da existência dessas instituições. De acordo com IFLA (2009, p. 80) “As iniciativas de marketing e de advocacia deveriam também atrair um grupo maior de acionistas, incluindo outras agências e o público em geral, que poderia apoiar o trabalho da biblioteca.”.

É importante que os funcionários tenham ciência da grandeza do seu trabalho, e que assim como os gestores da organização, divulguem os diversos serviços oferecidos, para que este *marketing* possa atingir o máximo possível de pessoas. As bibliotecas deverão fazer um planejamento formal de publicidade constando os pontos que segundo IFLA (2009, p. 80-81) devem ser considerados para criar um plano de marketing ou de comunicação:

- Estratégias para alcançar audiências alvos em formatos apropriados
- Formas de atingir políticos, educadores, bibliotecários, líderes, comunitários, fomentadores industriais e tecnológicos e líderes.
- Marketing através de agências e parceiros
- Promover a sua organização na mídia
- Envolver os usuários como campeões de suas próprias necessidades
- Tratar das preocupações dos usuários
- Medição para avaliar o sucesso das estratégias de comunicação
- Ferramentas para regular a comunicação com os usuários, como por exemplo, Braille, textos eletrônicos, áudio boletins que promovem o serviço da sua biblioteca

É necessário que a biblioteca treine os seus funcionários para falar adequadamente com a mídia e designe uma pessoa específica para cuidar da área de publicidade, e marketing da biblioteca. Esta deve também treinar os funcionários e, assim que

estes estejam aptos, devem ensinar os usuários a lidarem adequadamente com a mídia.

> Os seus contatos de agências de comunicação/mídia deveriam estar aptos a escrever matérias para a mídia, como os releases. Eles deveriam estar familiarizados com técnicas de expressão na mídia e entrevistas no rádio, na imprensa e na televisão. Eles deveriam também estar aptos a promover os serviços pelo computador e redes de telecomunicações, incluindo a criação de web sites. Finalmente, eles deveriam estar aptos a identificar e a treinar os usuários e outros porta-vozes a falar com a mídia. (IFLA, 2009, p. 81)

Os profissionais devem conhecer o ambiente externo à biblioteca, ou seja, a comunidade em que estão inseridos. Isso pode ser feito pela participação dos funcionários em projetos beneficentes.

Garantia de qualidade

Deve-se garantir a qualidade dos serviços, mediante convívio e diálogo com os usuários, análise do *feedback* dado por estes e tomada de decisões para melhoramento. Para que a qualidade seja garantida é essencial ter as diretrizes como material de apoio, visto que por meio da utilização das referidas diretrizes haverá uma padronização e aperfeiçoamento no conhecimento e no serviço prestado a este público tão específico. Os tópicos citados pela IFLA são essenciais para promover a padronização e aprimoramento dos serviços.

A IFLA (2009, p. 83) apresenta o que o modelo de garantia de qualidade deveria incluir:

- Conexão e comunicação;
- Níveis de serviço ou padrões;
- Indicadores de desempenho;
- Monitoramento;
- Contabilidade;
- *Feedback* dos consumidores;
- Fóruns de usuários;

- Questionários;
- Avaliação de desempenho;
- Resposta às reclamações em um formato apropriado;
- *Benchmarking.*

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas, independente de serem deficientes ou não, possuem as mesmas demandas informacionais. O que muda, na verdade, são os suportes que se adequam melhor as necessidades de cada um. Elas possuem também os mesmos direitos no que tange o acesso à informação, visto que, segundo o princípio de igualdade de acesso, todas as pessoas independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social, limitações, deficiências, tem o direito ao acesso à informação.

Os deficientes visuais, foco desse trabalho, têm uma trajetória marcada por momentos de humilhação e vitória, pois se um dia a cegueira foi encarada de forma negativa, hoje já nota-se um olhar mais atencioso para com as pessoas portadoras desse tipo de deficiência.

O desenvolvimento do Código Braille e dos audiolivros, a utilização de computadores, gravadores, fitas, *CD-ROMs*, programas de áudio, *softwares* de leitura e transcrição, entre outras iniciativas, foram verdadeiras conquistas para os deficientes visuais. Contudo, isso não significa que se chegou a um ponto de perfeição no qual os deficientes visuais estão totalmente inseridos socialmente e têm todas as suas necessidades sanadas de forma eficiente e eficaz; pelo contrário, ainda há muito a ser modificado e melhorado.

Dentro do campo de atuação da biblioteconomia, pudemos relacionar o papel da biblioteca pública, dos profissionais da informação e de agências internacionais, como a IFLA, no fornecimento de melhores oportunidades, serviços e produtos para os deficientes visuais. Esse público peculiar demanda tratamento informacional diferenciado, serviços especializados, e consequentemente, bibliotecas adequadas para atender a essas demandas.

As unidades informacionais responsáveis por prestar serviços a esse público são as bibliotecas e instituições públicas, não impedindo, no entanto, que outras unidades

informacionais, como as bibliotecas escolares, universitárias e especializadas, também deem suporte ao mesmo.

A IFLA contribuiu fortemente quando desenvolveu diretrizes voltadas para melhoramento das bibliotecas públicas que atendem a esse público, pois abordou tanto o papel do governo e a importância da existência de legislações, quanto o papel dos profissionais que trabalham na biblioteca, os serviços que deveriam ser prestados e os produtos que deveriam ser oferecidos, bem como e a relevância do gerenciamento e do *marketing*, propondo inclusive um modelo para garantir a qualidade da biblioteca.

A partir da análise do relatório nº 86 da IFLA *Biblioteca para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento,* observou-se que as dez diretrizes permitem que possamos perceber que os deficientes visuais possuem as mesmas demandas informacionais e direitos que qualquer outra pessoa, e que o acesso a informação é primordial para o desenvolvimento e independência dos mesmos. Aliado a isso, observou-se, também, que é possível atender de forma eficiente, eficaz e com um alto padrão de qualidade esse público tão peculiar.

Consideramos relevante listar alguns pontos por nós observados. No decorrer da análise que realizamos a respeito das dez diretrizes propostas pela IFLA, notamos certa redundância, e repetitividade em suas descrições, o mesmo assunto ou tópico sendo mencionado diversas vezes, não necessariamente somente naquela diretriz especifica, mas também nas demais. Esse fato foi algo que no princípio nos incomodou, pensamos serem desnecessárias e cansativas tamanhas repetições, não entendíamos o porque de tal atitude.

Quando paramos para observar a fundo as palavras repetidas e a intenção por trás das mesmas, nos demos conta de que as diretrizes foram feitas para englobar todos os países, assim abordando as mais diversificadas culturas e contextos econômicos. Com tal descoberta percebemos a importância das repetições, o que para nós, estudantes de biblioteconomia, é algo muito óbvio – permitir acesso adequado à informação aos deficientes visuais por meio de tecnologias e diversos mecanismos –

para outros países e continentes é algo absurdo, dispendioso e desnecessário. A redundância que nos aparentava ser óbvia e cansativa, não somente se mostrou útil como primordial.

Para a elaboração das dez diretrizes, a IFLA buscou realizar um levantamento em vários países para que os mais diversificados contextos fossem observados e levados em consideração. Afinal sua aplicação é indicada em nível internacional, assim, esta ao ser formulada, teve de ser pensada em função das variáveis – dobraduras – que poderia sofrer de acordo com cada cultura, dobraduras essas que por vezes não compreendemos por não aparecerem de forma tão explicita.

Realizar este trabalho que a princípio aparentava ser descomplicado, nos tirou da nossa zona de conforto. No decorrer do levantamento literário e da análise, enxergamos um novo mundo no escuro com diversas possibilidades a serem exploradas e desvendadas. Novos cenários nos foram apresentados, ficando evidente as várias oportunidades de pesquisa que se tem nesse mundo, até então pouco explorado.

No decorrer do levantamento bibliográfico pudemos observar que nossos objetivos foram respondidos com êxito. Constatamos em nossa análise quais e quantas eram as diretrizes propostas, bem como as necessidades informacionais básicas dos deficientes visuais e por meio dos exemplos mencionados pela própria IFLA em suas diretrizes pudemos reforçar esses aspectos. Observando as leis que constam os direitos de cidadania e de acesso à informação foi possível perceber a importância destas no amparo aos deficientes visuais.

A partir da análise das diretrizes, foram observados alguns campos de pesquisa que seriam interessantes de serem pormenorizados, como por exemplo: de quem é a responsabilidade por fazer funcionar, se é ou não compartilhada e com quem, e até onde vai a responsabilidade dessas partes envolvidas para o cumprimento ideal das diretrizes formuladas pela IFLA, principalmente quando falamos de governos que não dão devida prioridade a esse tema.

Outro ponto a ser explorado seria a respeito dos serviços oferecidos serem de fato executados, independente da dificuldade ou obstáculo encontrado, é preciso que se vislumbre diferentes formas desse serviço se fazer válido para todos, seja por meio de canoa, Sedex, internet, jegue e outros. Para isso estaríamos falando sobre parcerias diversas, desde serviços terceirizados até voluntários, já que não se trata apenas de fornecer um serviço, mas faze-lo ser aplicável a todos, independente do contexto.

Com a formulação das diretrizes de bibliotecas para deficientes visuais realizada pela IFLA, tem-se uma luz sobre o que deve ser feito, para onde caminhar, a partir daí é responsabilidade das próximas pesquisas suscitarem questões a respeito da melhor maneira para cumprir essas metas e os meios para tornar possível a sua realização e assim direcionar as partes para que se unam e alcancem o objetivo maior, que definimos como sendo o verbo ADEQUAR. É preciso se adequar os meios de transmitir a informação, os diferentes serviços prestados, as discrepâncias financeiras, culturais e políticas. Adequar é tornar possível!

Constatamos que seria interessante se possível, a criação de “polos” voluntários ou não, que possam administrar a disseminação da informação em ações consideradas como criticas, estas que prestariam apoio, por exemplo, as regiões de difícil acesso. Um meio para tornar essa proposta possível seria fazer alianças e parcerias com empresas privadas, estimulando o cunho de marketing social atribuído ao conceito da criação de instituições mistas.

Devido o curto período acadêmico disponibilizado para o projeto de conclusão de curso, não foi possível elaborar uma pesquisa mais ampla, o que justifica esta pesquisa ter se baseado unicamente na análise do relatório da IFLA. No entanto, identificamos temas de pesquisa que podem ser explorados futuramente e que podem contribuir ainda mais para o papel da biblioteconomia no trato com questões sociais.

A biblioteca do Senado, Acadêmico Luiz Viana Filho, que adaptou-se para atender ao público deficiente visual, seria um local propício pra uma pesquisa exploratória que visasse identificar quais diretrizes poderiam ser implementadas e qual seria a

forma mais eficaz de implementá-las. Outra área de pesquisa promissora seria a o estudo da possibilidade de se implementar as diretrizes da IFLA para viabilizar a acessibilidade à informação Governamental.

Tânia Milca sob orientação do professor doutor Murilo Cunha, em sua pesquisa *Estudo do usuário deficiente visual e subsídios para uma política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade de Brasília*, realizou um pesquisa qualitativa por meio de entrevistas. Uma das conclusões observadas nesse estudo foi que o meio digital é o mais requerido e utilizado pelos deficientes visuais, seguido dos formatos em áudio e Braille. Pesquisas como esta nos permitem conhecer a necessidade dos deficientes visuais com relação aos formatos que suprem suas necessidades de forma mais proveitosa e também oferecem mais áreas de pesquisa no que tange o melhoramento do acesso a esse público.

Seria necessária, talvez uma pós-graduação, para melhor entendimento e aprofundamento do assunto. Esperamos que com a nossa pesquisa venhamos suscitar em outros o interesse pelo tema abordado a fim de que os pontos aqui mencionados e os ainda sequer descobertos sejam encontrados e esclarecidos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION VALENTIN HAÜY. **Biographies**. Disponível em: <http://www.avh.asso.fr/rubrics/association/biographies.php?langue=eng>. Acesso em: 11 abr. 2015.

BORGES, José Antônio. Dosvox – um novo acesso dos cegos à cultura e ao trabalho**. Revista Benjamin Constant**, 3. ed., mai. 1996. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=45>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 Ago. 2009. Seção 1, p.3. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/849999/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-08-2009/pdfView>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 Fev. 1998. Seção 1, p.3.** Disponível: em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.610-1998?OpenDocument>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 Nov. 2011. Seção 1, p.1.** Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.527-2011?OpenDocument>. Acesso em: 24 mar. 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública:** princípios e diretrizes. Rio de Janeiro, 2000.160 p. (Documentos técnicos. 6.)

CAMPBELL, Larry. Trabalho e cultura: meios de fortalecimento da cidadania e do desenvolvimento humano. **Revista Contato,** Edição Especial, ano 5, n. 7, dez. 2001.

FANFA, Ana; BETTIOL, Eugenia Maranhão. Entidades Internacionais de apoio à Biblioteconomia com ênfase nos países em vias de desenvolvimento. **Revista**

Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 79-94, 1987.

FERES, Glória Georges; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Comunicações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 62-67, jan./jun. 2010.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tárcia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, 30. ed., abr. 2005. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=10028>. Acesso em: 24 mar. 2015.

GIL, Marta (org.). **Deficiência visual.** Brasília: MEC Secretaria de Educação a Distância, 2000.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Como tudo começou.** Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>. Acesso em: 14 abr. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Disponível em: <http://www.ifla.org/>. Acesso em: 21 mar. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Bibliotecas para Cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento. São Paulo:** Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/343463.pdf. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho. **Estudo do usuário deficiente visual e subsídios para uma política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade de Brasília**. 2009. 94 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução ONU N° 2.542/75, de 09 de dezembro de 1975. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. **Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas**, USA , 09 dez. 1975. Disponível em: < http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=306>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em: 14 de abr. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Lisboa: OMS, 2004.

_____; AGÊNCIA INTERNACIONAL PARA A PREVENÇÃO DA CEGUEIRA (IAPB). **Cegueira, pobreza e desenvolvimento:** o impacto da visão 2020 no milênio das nações unidas: metas de desenvolvimento. OMS. Disponível em: <http://www.cbo.com.br/novo/geral/pdf/cegueira_pobreza_e_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

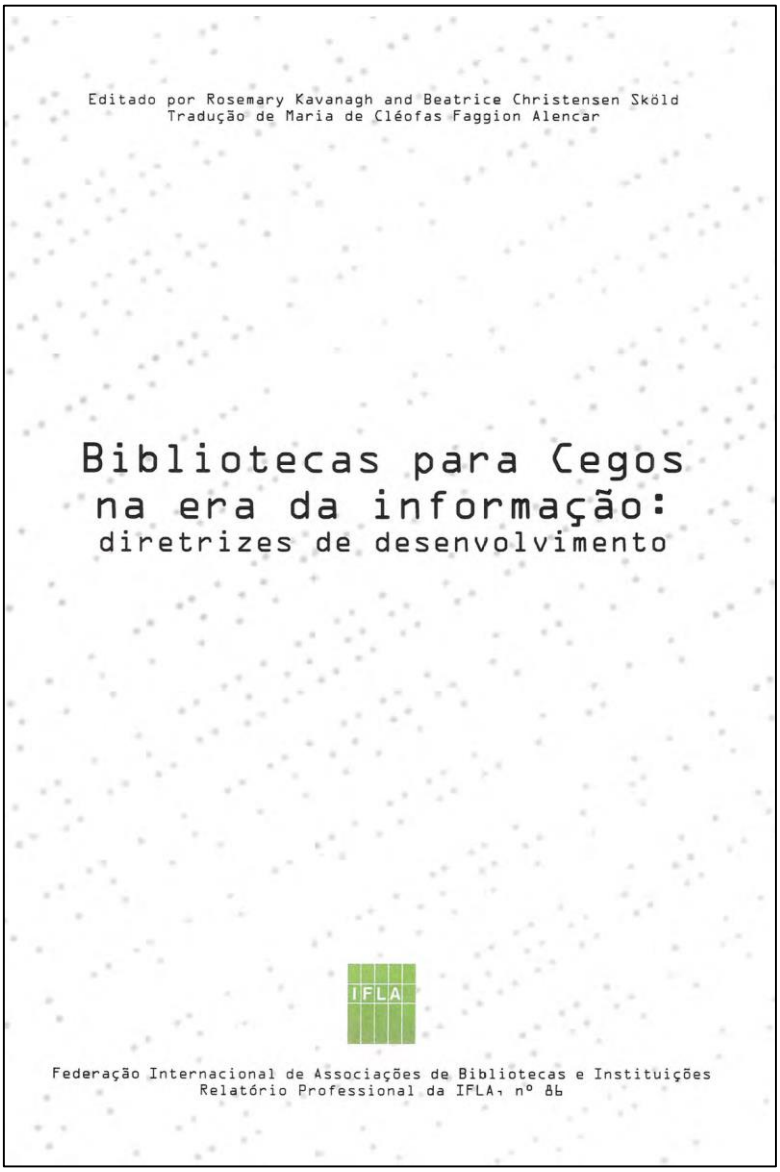
PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/cultura/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 11 abr. 2015.

SANTAROSA, Lucila Maria. Telemática y la inclusión virtual y social de personas con necesidades especiales: un espacio posible en la Internet. In: Congreso Iberoamericano de Informática Educativa, 5., 2000, Chile. **RIBE.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/niee/eventos/RIBIE/2000/papers/012.htm.> Acesso em: 11 abr. 2015.

SILVA, Jaqueline de Moraes da. A deficiência visual e a proteção à acessibilidade de informação no ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_1/jaqueline_silva.pdf> Acesso em: 24 de mar. 2015

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir. Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. **R. Bibliotecon.** Brasília, v. 19, n. 2, p. 137-165, jul./dez. 1995.

ANEXO A: Relatório nº 86 da IFLA - *Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento*



Disponível em: http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/343463.pdf